

Catar Ventos de Liberdade

Aprendizagens e propostas
do I Encontro Nacional de
Crianças e Adolescentes
Trabalhadores Domésticos



Catar,
Ventos
de Liberdade

Copyright © Organização Internacional do Trabalho (OIT); Save the Children Reino Unido e UNICEF. 2004.
1ª edição

Esta publicação goza da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos desta publicação podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser encaminhadas para International Labour Office (CH-1211 - Genebra 22 - Suíça); escritório do UNICEF no Brasil (SEPN 510 - Bloco A - 1o. Andar - Brasília/DF - CEP 70750-521); ou escritório da Save the Children no Brasil (Rua José de Alencar, 916/903 - Ilha do Leite - Recife/PE - CEP 50070-030). Os pedidos serão bem-vindos.

As designações empregadas nesta publicação, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas e pela Save the Children Reino Unido, e a apresentação de matéria nelas incluídas, não significam, da nossa parte, nenhum juízo com referência à situação jurídica de qualquer país ou território citado - ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras. A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores e sua publicação não significa nosso endosso às opiniões ali constantes. Referências a firmas, produtos comerciais e processos não implicam qualquer aprovação, assim como o fato de não serem mencionados não significa qualquer desaprovção.

Catar ventos de liberdade: aprendizagens e propostas do I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos.
– Brasília: OIT; Recife: Save the Children; Brasília: UNICEF, 2004.
?? p.

ISBN

I. Trabalho infantil 2. Trabalho Infantil Doméstico I. Título. II. Título: aprendizagens e propostas do I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos III. OIT IV. Ipec VI. Save the Children Reino Unido VII. UNICEF

O uso de um idioma que não discrimine e nem marque diferenças entre homens e mulheres é uma das preocupações dos parceiros deste projeto. Porém, não há acordo entre os linguistas sobre a maneira de fazê-lo. Desta forma, com o propósito de evitar a sobrecarga gráfica para marcar a existência de ambos os sexos em língua portuguesa, optou-se por usar o masculino genérico clássico, ficando subentendido que todas as menções em tal gênero sempre representam homens e mulheres.

Esta publicação pode ser obtida no escritório da OIT no Brasil (Setor de Embaixadas Norte, Lote 35 - Brasília/DF - CEP 70800-400 - Tel: 61 2106-4600), no International Labour Office (CH-1211 - Genebra 22 - Suíça), no escritório regional da OIT para a América Latina e o Caribe (Las Flores 275 - San Isidro - Lima 27 - Peru), no escritório do UNICEF no Brasil (SEPN 510 - Bloco A - 1o. Andar - Brasília/DF - CEP 70750-521 - Tel: 61 3035-1930) ou nos escritórios da Save the Children no Brasil (Rua José de Alencar, 916/903 - Ilha do Leite - Recife/PE - CEP 50070-030 - Tel: 81 3231-1263) e na Colômbia (Carrera 7, 32-85, Oficina 302 - Santafé de Bogotá - Colômbia - Tel: 571 285-4850).

Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente através dos endereços acima ou por e-mail (OIT: bravendas@oitbrasil.org.br, pubvente@ilo.org e oit@oit.org.pe; UNICEF: futurocrianca@unicef.org; Save the Children: scbr@truenet.com.br). Visite nossas páginas na Internet: OIT (www.oit.org/brasil, www.ilo.org/childlabour e www.oit.org.pe/lpec/tid); UNICEF (www.unicef.org) e Save the Children (www.savethechildren.org.br).

Impresso no Brasil

Catar Ventos de Liberdade

Aprendizagens e propostas do I Encontro Nacional de
Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos



unicef 

The UNICEF logo consists of a stylized figure of a mother holding her child, enclosed within a circular border.

 Save the Children
UK

The logo for Save the Children UK features a stylized figure of a child with arms raised, enclosed in a circular shape.



Diretor no Brasil

Armand Pereira

Coordenador Nacional do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil OIT/Ipec

Pedro Américo Oliveira

Assessora Técnica do Projeto Trabalho Infantil Doméstico na América do Sul OIT/Ipec

Christine Agostini

Coordenador Nacional do Projeto Trabalho Infantil Doméstico no Brasil OIT/Ipec

Renato J. Mendes

Assistente Nacional do Projeto Trabalho Infantil Doméstico no Brasil OIT/Ipec

Rodrigo Peixoto Moreira Penna



Save the Children

Diretor Regional

Richard Harthill

Coordenadora no Brasil

Marcia Pregnotatto

Equipe

Nara Menezes

Adriana Franco



Representante no Brasil

Reiko Niimi

Coordenadora do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil e Exploração Sexual

Maria América Ungaretti

Coordenação

OIT

UNICEF

Save the Children Reino Unido

Apoio

Circo de Todo Mundo

Relatoria

Elsa de Mattos

Revisão

Betania Jeronimo

Projeto Gráfico

Z.diZain

Impressão

?????

Fotos

Danilo Farias (Andi)

“Eu vivia humilhada, discriminada, como se estivesse pensando que nós, crianças, éramos só para trabalhar... viver humilhada. eu perdi. perdi minha infância, dignidade...

... Significa que a gente não vai mais trabalhar, que a gente tem liberdade, tem educação, saúde, cultura. o direito de ir à escola, passear... e não ficar trancada dentro de uma casa, trabalhando, sendo discriminada e maltratada...

... Isso que significa catar ventos de liberdade para mim”.

*Karla Roberta
(Cedeca-Emaús)*

Sumário

Apresentação	11
O Trabalho infantil Doméstico no Brasil	17
Dados da realidade	19
Breve histórico do combate ao tid no brasil	20
O I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos	37
A perspectiva da participação	37
O evento	39
Conhecimento produzido	43
Oficinas pedagógicas	44
Aavaliação de crianças e adolescentes participantes	61
Os Próximos Passos	69
Anexos	
Bibliografia	

Apresentação



Apresentação

Por longos anos, uma expressão do trabalho infantil no Brasil permaneceu no silêncio e no anonimato, em muitos casos favorecida pelo desconhecimento por parte das próprias famílias de crianças e adolescentes trabalhadores, dos empregadores e da sociedade em geral, dos danos provocados por tal atividade.

Trata-se do TID - Trabalho Infantil Doméstico, realizado nas residências de terceiros, que atinge 494.002 crianças e adolescentes brasileiros, dos quais 222.865 estão abaixo da idade mínima para admissão no trabalho ou emprego, numa situação totalmente ilegal.

Para além do sonho de uma vida sem trabalho, com escola e tempo livre para o lazer, crianças e adolescentes brasileiros que realizam o trabalho doméstico cumprem atividades dentro do espaço privado dos lares, escondidos do olhar do mundo e da sociedade, com sérias conseqüências para o seu desenvolvimento e para a sua saúde.

Os dados são alarmantes. A PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - de 2001, do IBGE, revelou que o TID no Brasil atinge 9,1% do total de 5.482.515 crianças e adolescentes, entre cinco e 17 anos, que trabalham no Brasil.

Para reverter esta grave situação, a OIT - Organização Internacional do Trabalho, o UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância - e a agência internacional de cooperação Save the Children Reino Unido vêm desenvolvendo no país, em parceria com organizações do Estado brasileiro e ONGs locais, uma iniciativa conjunta de erradicação do TID.

Esta iniciativa vem mostrando que é imprescindível e urgente sensibilizar a sociedade civil, o governo (nas instâncias federal,

estadual e municipal) e outras instituições públicas para a questão do TID, buscando colocar o tema na agenda das políticas públicas de combate e erradicação da exploração do trabalho infanto-juvenil.

Uma das ações conjuntas realizadas a partir desse esforço foi o I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos, realizado em Brasília nos dias 8 e 9 de setembro de 2003. O evento representou uma culminância e também a consolidação dos esforços de mobilização anteriormente empreendidos por diversos atores envolvidos no combate ao TID.

Foi a conclusão de um processo vivenciado a partir dos projetos em parceria com as ONGs Cedeca Emaús (PA), Cendhec (PE), Ceafro (BA) e Circo de Todo Mundo (MG), que envolveram ações voltadas para o desenvolvimento do protagonismo dos jovens trabalhadores e para a inserção política do tema na agenda pública, partindo da perspectiva das próprias crianças e adolescentes que sofrem com as consequências desse tipo de exploração. Com o compromisso de desenvolver ações de erradicação nas suas localidades, foram convidados também ONGs e crianças e adolescentes trabalhadores domésticos de Fortaleza, Campo Grande, São Paulo e Foz do Iguaçu.

O evento possibilitou uma interlocução entre crianças e adolescentes submetidos a esta forma de trabalho, promovendo a participação deles na construção do retrato do problema e na busca de soluções.

Com o lema “Catar ventos de liberdade”, o Encontro resultou em uma sessão especial realizada no Congresso Nacional, que deu voz ao antigo silêncio dessas crianças e adolescentes explorados. Com grande emoção e responsabilidade, eles apresentaram o produto de suas reflexões e propostas de combate ao TID.

O empenho agora se volta para a ampliação da capacidade de contribuir para a questão, por meio da divulgação do que foi realizado e do aprendizado construído. Esta publicação socializa a experiên-

cia do evento para que, ao se conhecer o que foi realizado, novos instrumentos sejam criados e ampliados para que o governo, os empresários e os demais membros da sociedade civil desencadeiem debates, projetos e leis que somem esforços no sentido de combater este tipo de exploração em nosso país.

O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil



O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil

Realizado por crianças e adolescentes em condições de risco - e mesmo alto risco, com conseqüências para o seu pleno desenvolvimento, o trabalho doméstico nas residências de terceiros ainda é uma das formas de exploração da mão-de-obra infantil mais difundida e menos analisada em todo o mundo.

No Brasil, há quase meio milhão de crianças e adolescentes nessa situação e pouco a pouco vem à tona a perversa realidade que compõe o cenário do TID: suas causas, seu cotidiano e suas conseqüências.

“As crianças e adolescentes que estão no TID, fazem isso porque precisam, porque seus pais não têm um trabalho digno. Se as famílias dessas crianças tivessem um salário que permitisse a elas sustentar seus filhos, essas crianças não precisariam trabalhar.”

Débora, 15 anos.

A causa, como em toda expressão do trabalho infantil, não deriva de apenas um fator, mas advém de um conjunto de relações desiguais que determinam um círculo vicioso de miséria, onde o baixo acesso à educação, a situação de pobreza crônica das famílias impedidas de garantir condições mínimas de sobrevivência aos seus filhos e o ingresso precoce deles no mundo do trabalho se perpetuam.

O cotidiano revela situações de crianças e adolescentes trabalhando em jornadas de mais de 40 horas semanais, com baixíssima ou nenhuma remuneração, expostos ao perigo de manipular produtos químicos de limpeza inflamáveis, carregando peso e executando esforço físico superior à sua compleição e estatura. Na maioria dos casos eles estão nas escolas, mas seu rendimento é prejudicado pelo cansaço e pela falta de tempo para

“Porque sempre que você é um trabalhador assim, você não faz o que você quer. Tem que ser na rédea da patroa, do jeito dela, do gosto dela. Desse jeito a gente se perde da gente e passa a viver só a vida deles (dos patrões)”

Severino, 15 anos

pesquisas e estudos extraclasse. Ficam também vulneráveis afetivamente, distantes da família, dos amigos e até da própria comunidade (e cultura), nos casos em que a ida para o trabalho doméstico se junta ao êxodo de áreas rurais para urbanas ou de cidades de menor porte para capitais.

São, enfim, impedidos de viver os processos inerentes à infância e à adolescência, ou seja, de experimentar o que é próprio para a sua idade. A eles é negado o direito de brincar e aprender de fato com seus erros, pois são sistematicamente repreendidos por adultos que muitas vezes lhes incutem culpa e sentimentos de incompetência e incapacidade. A essas crianças e adolescentes também é negado o direito de aprender, paulatinamente e com a carga adequada, o que é assumir a responsabilidade por seus atos.

As conseqüências dessa forma de trabalho, ainda que muitos não se dêem conta, afetam toda a sociedade. Pobre do país que precisa do trabalho de suas crianças para garantir que elas sobrevivam. Pobre do país que vê e verá o círculo da miséria dar mais uma volta, pois mais de 80% das crianças trabalhadoras são filhos e filhas de pais que foram, em seu tempo, trabalhadores mirins, hoje não conseguindo colocações ou postos de trabalho que exijam uma melhor qualificação.

O TID tem ainda características prejudiciais ao desenvolvimento da criança e da sociedade que lhe são específicas. É um trabalho que reforça a subordinação feminina ao ambiente privado da casa e a herança escravocrata de atrelar o trabalho doméstico - e seu estigma de “servir” - ao espaço reservado às raças não brancas em nossa sociedade.

O TID assume assim uma suposta naturalidade. Meninas pobres e negras devem servir em casa, estabelecendo uma relação que não se

caracteriza propriamente como um vínculo de emprego, mas muitas vezes como uma troca injusta: a criança dedica tempo e esforço para ser aceita como alguém que é “quase da família”.

Dados da realidade

- A população de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos no Brasil é de 43.125.753 habitantes.
- Destes, 5.482.515 (12,7%) trabalham.
- 75,1% deles contribuem com até 30% do rendimento médio familiar.
- Do total de crianças e adolescentes que trabalha, 494.002 estão no serviço doméstico (9,1%).
- As 222.865 crianças que estão no TID (45%) o fazem em situação ilegal perante a legislação brasileira, pois têm idade inferior a 16 anos (idade mínima legal para o trabalho no Brasil). Isto representa 4,7% do total de crianças que trabalha no Brasil abaixo da idade mínima permitida.
- Além de estar em desacordo com as convenções 138 e 182 da OIT, ratificadas pelo Brasil, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação vivida por estas crianças vai de encontro à legislação dos direitos trabalhistas: 64% delas recebem menos de um salário mínimo e trabalham mais de 40 horas semanais; e 55,5% nunca tiveram férias. O trabalho doméstico realizado por adolescentes acima de 16 anos, na maioria das vezes, também ocorre de forma irregular, sem carteira assinada, garantias da CLT ou do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 21% dos trabalhadores infantis domésticos têm algum sintoma ou problema relacionado ao trabalho e 14,9% deles já tiveram acidentes de trabalho.
- 484.121 trabalhadores infantis domésticos (98%) são do sexo feminino
- 66% (302.672 crianças e adolescentes) do TID no Brasil é realizado por negros. Dentre eles, 282.502 são meninas negras.

Breve histórico do combate ao TID no Brasil

O processo de prevenção e erradicação do TID no Brasil não é um caso isolado de mobilização nacional e internacional pelos direitos da infância. Ele faz parte de um processo histórico de ações voltadas para o reconhecimento progressivo de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos e não apenas objetos de medidas legais.

Entender o caminho percorrido por esse movimento nas últimas décadas é tarefa importante para a compreensão da evolução dos argumentos e das posições assumidas no decorrer do processo de reconhecimento da cidadania de crianças e adolescentes no Brasil.

A cronologia a seguir relaciona os principais fatos que serviram para consolidar o processo de participação social em favor de crianças e adolescentes explorados no trabalho doméstico:

- 1973 - a Conferência Internacional do Trabalho da OIT, na sua 58ª sessão, adota a Convenção 138, que estabelece a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho;
- 1988 - a nova constituição brasileira, elaborada após o regime militar, adota o critério da proteção integral para regulamentar a defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil;
- 1989 - a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é assinada;
- 1990 - o Estatuto da Criança e do Adolescente é aprovado;
- 1991 - os primeiros conselhos municipais e estaduais dos direitos da criança são estabelecidos, de acordo com o ECA;

- 1992 - a implementação dos conselhos de direitos da criança e do adolescente tem início. Os serviços de atendimento à infância e à adolescência são municipalizados. A Câmara dos Deputados aprova uma proposta de Projeto de Lei obrigando empresas participantes de licitações governamentais a comprovar a não utilização da mão-de-obra de crianças menores de 18 anos. A OIT lança no Brasil e em seis outros países o Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (Ipec), coordenado por um Comitê Nacional de Direção;
- 1993 - por iniciativa da OIT, realiza-se em Campos de Goitacazes, no Rio de Janeiro, o projeto de intervenção direta para retirar 50 meninas do trabalho doméstico, incluindo-as em programas sociais;
- 1994 - o governo do Distrito Federal começa o Programa Bolsa-Escola. É criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, formado com o apoio da OIT e do UNICEF. O tema do trabalho infantil é incluído em várias campanhas nacionais e nos planos de ação de diversas ONGs. Também tem início o programa de capacitação e sensibilização dos conselhos de direito e tutelar;
- 1995 - o governo lança o Programa Criança Cidadã. É o ano de criação dos Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (GECTIPAs), do Ministério do Trabalho, que lança também a publicação “Mapa do trabalho infantil no Brasil”. São implementados vários PAIs - Programas de Ações Integradas, em diversas áreas de alto risco de trabalho infantil no país. As Confederações Nacionais Patronais assinam um “Termo de Compromisso” para a erradicação do trabalho infantil;
- 1996 - o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é criado. A Fundação Abrinq lança o selo “Empresa Amiga da

“Desde 1996, muitas ONGs estão trabalhando o tema do TID e, nesse caminho, elas foram se encontrando e hoje estamos aqui: o Unicef, a Save, a OIT, o CEAFFRO, o CEDECA – Emaús, o CEDECA Ceará, o CENDHEC, o Circo, o pessoal de FOZ, o Girasolidário. Todos tentando se conhecer mais e ver como podemos trabalhar melhor para combater o TID”.
Renato Mendes – OIT

Criança”, que dá reconhecimento público a empresas que, entre outras ações, não fazem uso da mão-de-obra infantil;

- 1997 - o governo cria o Programa Toda Criança na Escola. O Ipec, o UNICEF e o governo norueguês organizam o Congresso Mundial sobre o Trabalho Infantil em Oslo. Centrais sindicais no Brasil contemplam o tema nos seus congressos (CUT, Contag, CNTE e Força Sindical);
- 1998 - uma pesquisa doméstica nacional confirma que o número de crianças trabalhando no país diminuiu. Inicia-se no Brasil o percurso da Marcha Global. É criado o Programa de Jornada Ampliada em âmbito nacional, com base nas experiências iniciais em Mato Grosso do Sul e Bahia. Constata-se que os PAIs nas regiões carvoeira e de sisal são bem-sucedidos, em função de uma dramática redução do trabalho infantil em ambas as regiões. A OIT encomenda pesquisas para o Ipea - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, iniciando um processo de mobilizações em torno do tema do trabalho infantil. Em Salvador, o UNICEF realiza um levantamento detalhado do custo para retirar meninas do trabalho doméstico, obtendo recursos para lançar, em parceria com o Ceafro, a primeira campanha local nesse sentido. Esta campanha serviu como um embrião do Projeto Ampliando Direitos e Horizontes. No mesmo ano, a Save the Children Reino Unido insere o tema em seu programa da América Latina;
- 1999 - a Conferência Internacional do Trabalho adota a Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil. O Brasil submete as convenções 138 e 182 da OIT ao Congresso

Nacional. O Governo Federal anuncia uma alocação significativa de recursos para o Peti. Integrantes do Fórum Nacional elaboraram as diretrizes nacionais de combate ao trabalho infantil. É aprovado o Sistema de Monitoramento dos Programas de Ação para Coleta de Dados Estatísticos sobre Trabalho Infantil (Simproc). Neste ano são incluídas no Ipec (Brasil) e no Fórum Nacional as questões referentes ao TID. A Save the Children Reino Unido inicia as ações de investigação sobre o tema em Belém. O UNICEF e o Ceafro fortalecem suas parcerias em Salvador. Esse movimento originou a iniciativa da OIT, da Save the Children Reino Unido e do UNICEF de realizar uma reunião técnica, ocorrida em Lima, no Peru, resultando no comprometimento das organizações participantes para iniciar intervenções na América Latina e Caribe;

“No Início, eu pensava que o trabalho doméstico era tudo, era uma forma de suprir minhas necessidades, hoje minha vida mudou, porque eu sei os meus direitos. O projeto é muito importante, me ajudou a me empenhar mais na minha vida, eu me interessei mais em estudar, fazer cursos do que passar o dia trabalhando sem ter nenhum direito. Eu era uma pessoa muito fechada, hoje estou mais aberta e esperta com vários conhecimentos em minha cabeça graças ao projeto.”

Ana Lúcia, 16 anos

- 2000 - é elaborada uma estratégia nacional de combate ao trabalho infantil no serviço doméstico, numa ação integrada entre OIT, Save the Children Reino Unido, UNICEF e mais 40 instituições de representatividade nacional. Intervenções diretas acontecem nas cidades de Belém (Cedeca-Emaús), Recife (Cendhec), Salvador (Ceafro) e Belo Horizonte (Circo de Todo Mundo e ICA/PUC). Todos os projetos estão voltados para realizar pesquisas e conhecer com mais profundidade a situação vivida por crianças e adolescentes trabalhadores domésticos, assim como dar visibilidade à problemática através de publicações e seminários, e influenciar setores do governo e da sociedade civil com campanhas para mudanças culturais, além de apoio direto,

buscando ampliar o conhecimento sobre seus direitos e sobre questões relativas a gênero e raça, em torno de uma filosofia de resgate da auto-estima e de capacitação profissional. Realiza-se em Brasília o I Seminário Nacional sobre Estratégias para Combater o Trabalho Infantil no Serviço Doméstico;

- 2001 - em Recife e em Belém são realizados dois seminários para avaliar os avanços do processo em relação à erradicação do TID e determinar as estratégias para a continuidade da intervenção. Têm início as pesquisas qualitativas e quantitativas para dimensionar, caracterizar e identificar crianças e adolescentes no trabalho doméstico. As ONGs que desenvolvem os projetos formam grupos de parceiros interinstitucionais, envolvendo setores acadêmicos, empresariais, governamentais e não-governamentais para atuar conjuntamente no tema;
- 2002 - acontece a Conferência Especial das Nações Unidas para a Criança e a OIT institui o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho). É lançado o Plano Nacional de Direitos Humanos II, do Ministério da Justiça, que contempla o trabalho infantil como uma questão de direitos humanos. Neste ano, consolida-se o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico. O Peti admite o ingresso de crianças e adolescentes provenientes do trabalho doméstico em seus programas. Inicia-se o processo de mobilização social através dos meios de comunicação. A Andi, a Fundação Abrinq e a Rede Andi, apoiadas pela OIT, Save the Children Reino Unido e UNICEF, articulam em âmbito nacional uma ação sem precedentes de mobilização em relação ao tema. As ações de erradicação do TID ganham ainda mais força em decorrência das articulações entre várias instituições e organizações internacionais, sociedade civil, empresariado, setor religioso e poder público, com o apoio dos meios de comunicação;
- 2003 - representantes do governo, ONGs e organizações internacionais de 13 países da América Latina e do Caribe

reúnem-se na cidade de Cartagena de Índias, na Colômbia, para a II Reunião Técnica sobre Trabalho Infantil Doméstico nas Residências de Terceiros, a fim de avaliar o processo iniciado em Lima e propor linhas de ação interinstitucionais para o futuro. O Brasil é representado, à época, pelo secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, pela sub-procuradora adjunta do Ministério Público do Trabalho, Eliane Araque, pela diretora de Políticas de Assistência Social do Ministério da Assistência Social, Regina Teixeira, pela chefe de divisão do Departamento de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, Margarida Cardoso, e pela secretária executiva do Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, Isa de Oliveira. ONGs também estão representadas (Cedeca-Emaús, Cendhec, Ceafro, Andi e Circo de Todo Mundo). O evento culminou com a elaboração da Carta de Cartagena. No plano nacional, os ministros da Educação, Assistência Social e Trabalho assinam, no dia 21 de julho de 2003, uma Portaria Interministerial institucionalizando o tema na agenda política do Estado brasileiro. Estes documentos recomendam que sejam destinadas ao público infanto-juvenil empregado no trabalho doméstico ações e campanhas centradas nos seus direitos



Foto 1

Durante o I Encontro de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos cada participante teve a chance de mostrar um pouco do seu local de origem e conhecer outras.

básicos de cidadania (uma vida sem trabalho, mas com escola e tempo de lazer) e no atendimento das suas expectativas, identificadas a partir de pesquisas com crianças e adolescentes trabalhadores e de experiências com as mesmas. O atendimento às suas famílias passa a ser prioritário, assim como a promoção de uma política nacional de prevenção e erradicação do TID.

Além desses fatos, o combate ao TID no Brasil está sendo marcado pela adesão de forma diversificada de instituições de vários setores. Universidades brasileiras vêm estimulando a criação de linhas de investigação e de cursos de extensão abordando a temática, a exemplo das universidades federais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, da PUC de São Paulo, da Unesp, da Universidade Católica de Campo Grande, da Universidade de Brasília, da Mackenzie e da Universidade Metodista de São Paulo, entre outras.

Os setores empresariais vincularam-se ao tema adotando uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável, profissionalização, geração de emprego e comunicação. Foram feitos acordos nacionais e estaduais com empresários de diversos segmentos - do setor supermercadista e dos meios de comunicação, por exemplo. O setor sindical também se comprometeu a desenvolver ações de combate ao TID envolvendo a CUT e a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, além de vários sindicatos locais.

Este processo de mobilização para a realização de ações articuladas já vem possibilitando o atendimento de 1.219 (através dos projetos desenvolvidos pelas ONGs) e 13.000 (através do Peti em 1.100 municípios) crianças, adolescentes e suas famílias. Os números também indicam uma queda no total de crianças e adolescentes trabalhadores domésticos, com idade entre cinco e 17 anos: em 1992 eram 882.807 meninos e meninas no trabalho doméstico e, em 2001, 494.002.

Entretanto, apesar dos bons resultados que vêm sendo alcançados, ainda há o grande desafio de retirar do trabalho doméstico quase

“Lá (no projeto) eu faço teatro, faço oficina de gênero e raça, estudo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), participo de seminários. Eu queria que outras crianças e adolescentes também tivessem essa oportunidade que eu tenho”.

Débora, 15 anos

500.000 crianças e adolescentes que hoje estão submetidos a esta forma de exploração. Por isso, o quadro atual convoca todos para um movimento de liberdade e luta por um Brasil sem TID, mais justo com suas crianças e adolescentes. Muitas outras ações e iniciativas de combate ao TID ainda precisam ser realizadas. Além disso, torna-se imperativo criar espaços de promoção da participação e do protagonismo de crianças e adolescentes naqueles assuntos que afetam suas vidas.

Este imperativo moveu uma articulação entre parceiros em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Campo Grande e Foz do Iguaçu, possibilitando a realização do I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos.

II Reunião Técnica Latino-Americana e do Caribe sobre Trabalho Infantil Doméstico em Residências de Terceiros

4 a 6 de junho de 2003

Cartagena de Índias - Colômbia

CARTA DE CARTAGENA DE ÍNDIAS

Construindo uma América Latina e um Caribe livres do trabalho infantil

Representantes de entidades governamentais do Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana; do Ministério Público do Trabalho do Brasil; da Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadores Domésticos (CONLACTRAHO); da Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul; do Fórum Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil do Brasil; da Federação Brasileira de Trabalhadores Domésticos; de ONGs dos países mencionados acima e também da Bolívia e da Guatemala; do UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância; da OIT - Organização Internacional do Trabalho; e da Save the Children Reino Unido, presentes nesta reunião e reunidos em Cartagena de Índias, na Colômbia, entre os dias 4 e 6 de junho de 2003.

Considerando:

- Que embora todos os Estados da região tenham ratificado a Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção das Nações Unidas contra todas as formas de discriminação contra a mulher, e quase todos os Estados tenham ratificado as convenções da OIT, particularmente a de número 138, que versa sobre a idade mínima de admissão ao trabalho ou ao emprego, e a 182, que versa sobre as piores formas de trabalho infantil, ainda restam desafios cruciais a serem vencidos na região para garantir a sua efetiva implementação;

- Que os Estados assumiram o compromisso de prevenir e erradicar o trabalho infantil, e de proteger adolescentes trabalhadores em diferentes foros e conferências - “I Reunião Tripartite Ibero-Americana sobre a Eliminação do Trabalho Infantil em Cartagena de Índias”, realizada em maio de 1997; “X Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo sobre Infância e Adolescência”, realizada na cidade do Panamá em novembro de 2000; “Cimeira do Milênio”, realizada em dezembro de 2000 em Nova Iorque; e “Sessão Especial da Assembléia das Nações Unidas para a Infância”, realizada em maio de 2002, nas quais o compromisso de erradicar a pobreza na região foi enfatizado;
- Que os países da região estão promovendo processos de descentralização e efetivamente implementando a autonomia dos municípios, e que, portanto, os governos locais devem assumir compromissos relacionados à infância e à adolescência e ser responsáveis por eles, desempenhando um novo papel no desenvolvimento social dos seus povos, com ampla participação de diversos setores;
- Que o TID em residências de terceiros viola os direitos humanos de meninos e meninas, e constitui uma das categorias de trabalho infantil cada vez mais reconhecida pelos Estados como perigosa, que pode se enquadrar na categoria de pior forma de trabalho infantil por afetar a saúde, a segurança e a moralidade de meninos, meninas e adolescentes;
- Que o TID afeta principalmente meninas e que essa condição está estreitamente relacionada à discriminação que afeta mulheres adultas, especialmente em decorrência da desvalorização do trabalho doméstico, da limitação que ele impõe às suas funções reprodutivas e das condições de vulnerabilidade física, moral e psicológica em que elas trabalham;
- Que os países participantes desta reunião acumularam uma experiência frutífera de trabalho conjunto em atividades relacionadas à prevenção e à erradicação do trabalho infantil na América Latina e no Caribe, particularmente do TID em residências de terceiros;

- Que os países participantes desta reunião desejam dar seguimento aos acordos celebrados na reunião técnica internacional “Criança trabalhadora em residências de terceiros”, realizada em julho de 1999, na cidade de Lima, no Peru, e nesta II Reunião, e que pretendem consolidar os avanços obtidos até o presente momento e projetar uma ação integrada entre os países da região.

Recomendam aos Estados da América Latina e do Caribe, à sociedade civil, ao setor privado, particularmente às ONGs e às organizações de trabalhadores, aos organismos internacionais e aos organismos de cooperação técnica e financeira que:

- Desenvolvam ações consensuais, integradas e sustentáveis entre governos nacionais e locais, sociedade civil e meninas e meninos para prevenir e erradicar o TID, promovendo canais adequados para que eles tenham voz e assumam um protagonismo efetivo em relação aos temas que afetam seus direitos;
- Aumentem seus investimentos sociais, particularmente nas áreas de saúde integral, educação, nutrição, abastecimento d’água e saneamento, a fim de promover a concretização das Metas do Milênio, dos Planos Decenais de Ação para a Infância e a Adolescência, e dos Planos Decenais de Educação para Todos, assumidos pelos Estados da região para melhorar as condições de vida de suas populações;
- Aloquem verbas específicas no orçamento nacional para a execução de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, particularmente do TID, e para a realização de pesquisas sobre o custo e o impacto da falta de investimentos suficientes no social;
- Estimulem organismos e organizações internacionais a desenvolver programas de cooperação internacional na região, como forma de contribuir para as estratégias de prevenção e erradicação do TID;
- Impulsionem programas que promovam a responsabilidade social do setor privado, particularmente do empresariado, no sentido de que ele se abstenha de contratar mão-de-obra infantil e colabore nos esforços de prevenção e erradicação do trabalho infantil e de proteção do adolescente trabalhador;

- Implementem políticas públicas que garantam o acesso a empregos aos pais e mães de família, melhorem seus níveis salariais e considerem áreas com alta migração de crianças e adolescentes como prioritárias para a alocação de fundos de compensação social;
- Fortaleçam a fiscalização cidadã no monitoramento da execução do orçamento nacional e local, e também das políticas públicas em prol da infância e da adolescência;
- Tornem visíveis, combatam e sancionem leis contra todas as formas de discriminação que afetem pessoas abaixo de 18 anos, particularmente a discriminação baseada no gênero, na condição social, na raça, na etnia e contra povos indígenas, no mundo do trabalho;
- Promovam a ratificação das convenções 138 e 182 da OIT nos países que ainda não os ratificaram e apelem a todos os países da região no sentido de que tomem medidas imediatas para implementar os compromissos assumidos, particularmente os relacionados à prevenção e à erradicação do TID e à proteção do adolescente trabalhador;
- Adaptem suas legislações sobre o trabalho doméstico de adultos ao disposto nos tratados e convênios internacionais, para que suplementem as estratégias de erradicação do TID e promovam a dignidade e a equidade no acesso real às garantias trabalhistas de trabalhadores adultos, e a sua profissionalização;
- Desenvolvam e implementem Sistemas de Informação que incluam indicadores de erradicação sustentável do trabalho infantil, integrando-os aos Planos Nacionais de Desenvolvimento;
- Elaborem e implementem Planos Nacionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador, que incluam metas explícitas de curto, médio e longo prazos de erradicação do TID;
- Promovam a participação ativa dos governos locais na definição, no desenvolvimento e na avaliação de políticas, programas e projetos voltados para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, particularmente do TID;

- Desenvolvam ferramentas eficazes de inspeção do TID e mecanismos de justiça constitucional, trabalhista, civil e penal, uma vez que esgotadas as instâncias nacionais, recorram à jurisdição internacional;
- Estabeleçam metas de ampliação da cobertura e da qualidade de uma educação gratuita, obrigatória e em tempo integral, desde os três e até pelo menos os 15 anos de idade; potencializem o papel da escola na promoção do desenvolvimento da comunidade e da família, abrindo o espaço escolar para toda a comunidade; e desenvolvam alternativas para garantir a inclusão de meninas e meninos retirados do trabalho doméstico em programas de promoção, assistência e proteção social;
- Propiciem os meios necessários para que os ministérios do Trabalho e da Educação estimulem a participação ativa de todos os segmentos da comunidade educacional nas estratégias de prevenção e erradicação do TID e nos mecanismos de proteção;
- Intensifiquem o processo de mobilização social para a transformação cultural de mitos equivocados, inclusive mitos de gênero e estereótipos sobre os quais se assentem atitudes de permissividade em relação ao TID; envolvam ativamente os meios de comunicação de massa, comunitários e eletrônicos em ações voltadas para transformar comportamentos, atitudes e práticas negativos; e divulguem os riscos e as conseqüências do afastamento prematuro de crianças das suas famílias;
- Continuem desenvolvendo programas de capacitação e sensibilização dirigidos a diferentes atores - entidades estaduais, organizações empresariais, sindicatos, ONGs, meios de comunicação, igrejas, famílias empregadoras e sociedade de um modo geral;
- Ampliem alianças existentes entre as diversas organizações comunitárias, em nível local, particularmente entre os grupos de mulheres e as associações e os sindicatos de trabalhadores domésticos;
- Divulguem amplamente os relatórios da Comissão de Peritos baseados nas Memórias Nacionais sobre o cumprimento dos convênios da OIT e os relatórios nacionais sobre o cumprimento da

Convenção sobre os Direitos da Criança, bem como as recomendações do comitê.

E que UNICEF, OIT, Save the Children Reino Unido e outras agências de cooperação promovam mecanismos de integração e ações regionais em torno do tema para monitorar, avaliar, consolidar e difundir os avanços logrados até o presente momento, e promover a ampliação de ações de prevenção e erradicação do TID e de proteção ao adolescente trabalhador.

Os participantes desta II Reunião Técnica agradecem aos representantes dos governos do Brasil e da República Dominicana por terem se oferecido para sediar a III Reunião e apelam aos governos e à sociedade civil no sentido de que apoiem esta iniciativa.

Por último, os que assinam abaixo expressam a sua gratidão ao governo da Colômbia e à cidade de Cartagena de Índias, pela hospitalidade e apoio na realização desta reunião.

Assinado na cidade de Cartagena de Índias aos seis dias de junho de 2003.



Fotos 2 e 3 O lúdico e a expressão própria, através da arte, das crianças e adolescentes estava na pauta do I Encontro

O I Encontro Nacional
de Crianças e Adolescentes
Trabalhadores Domésticos



O I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos

A perspectiva da participação

No Brasil, é comum a prática de formular políticas públicas sem escutar aqueles que são os interessados diretos destas políticas. A idéia de realizar o I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos partiu da convicção de que crianças e adolescentes têm o direito de ter voz ativa e de ver suas perspectivas consideradas no processo de elaboração e implementação de políticas que tenham ou venham a ter impacto nas suas condições de vida.

O evento resultou do esforço conjunto de diversas organizações envolvidas no combate ao TID, cujo trabalho encontra-se centrado em ações de protagonismo, participação e “empoderamento” de crianças e adolescentes trabalhadores domésticos. A idéia inicial estava no Programa de Ação da parceria entre a OIT e a ONG Circo de Todo Mundo, de Belo Horizonte (MG), e foi posteriormente incorporada pelas agências financiadoras e pelas ONGs das demais localidades, pois condizia com as estratégias do Plano Nacional de Combate ao TID, desenhado pela OIT, UNICEF e Save the Children Reino Unido em 2000.

A perspectiva da participação de crianças e adolescentes é aqui entendida como um direito e um meio de contribuir para a formação de valores, atitudes, habilidades e competências voltadas para o processo de desenvolvimento humano, integração social e exercício da cidadania.

“Esse encontro foi pensado porque a gente acredita que lidar com a questão do TID só faz sentido se as próprias crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas possam ter voz e vez na busca de soluções e na elaboração de recomendações, na construção de idéias e de pautas para o enfrentamento dessa questão”.

Márcia Pregnoatto – Save the Children
Reino Unido

“No projeto eu participo de oficinas sócio-educativas onde são discutidos vários temas como gênero, raça, preconceito, entre outros. O projeto foi muito bom para minha vida, porque hoje eu não estou mais no trabalho doméstico, conheço os meus direitos, sei que só tenho 16 anos, mas que tenho que ter salário, carteira assinada e direitos assegurados. Além disso, eu fiz novos amigos e tenho espaço para dar minhas opiniões e dizer o que eu penso.”

Jucicleide, 16 anos

A participação de crianças e adolescentes pode ser dimensionada através da sua capacidade de influenciar e intervir em decisões que afetem suas vidas. Os processos participativos de crianças e adolescentes têm um grande potencial de aumentar a auto-estima, contribuindo também para a construção da autonomia e o desenvolvimento da capacidade de expressar sentimentos e idéias.

A dimensão política desta participação garante visibilidade e reconhecimento social de crianças e adolescentes, assim como promove o desenvolvimento da consciência coletiva e contribui para a construção de relações mais igualitárias entre as gerações.

Nos projetos desenvolvidos para o combate ao TID no Brasil, os objetivos referentes a esta participação compreendem oportunidades para crianças e adolescentes construírem habilidades e capacidades de expressão e influência nas decisões, além do fomento à criação de canais genuínos e eficazes de participação.

Dessa forma, crianças e adolescentes trabalhadores domésticos, enquanto sujeitos de direitos que devem ser respeitados, podem e devem participar da construção de alternativas voltadas para melhorar sua situação, juntamente

com adultos que se dispõem a atuar nesta área. O protagonismo de crianças e adolescentes ocorre através da liberdade de opinião e expressão, aliada à responsabilidade e ao comprometimento. Ao oportunizar ao menino e à menina uma melhor compreensão de si e da sociedade a partir de informação, pesquisa, novas práticas e posturas, estimula-se uma nova estética e uma nova ética na sua conduta, assim como um alargamento de horizontes e uma maior consciência sobre dignidade, direitos, sentido de vida e visão de mundo.

É fundamental, portanto, criar espaços para que crianças e adolescentes atuem diretamente no processo de transformação das suas condições de vida e contribuam com iniciativas e compromissos, gerando novas opções e possibilidades.

O Encontro criou mais uma oportunidade para que crianças e adolescentes trabalhadores domésticos possam dialogar com seus pares sobre suas experiências de vida e oferecer subsídios para essas formulações aos responsáveis pela elaboração de políticas públicas e programas de combate ao TID no Brasil.

O evento

O I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos aconteceu nos dias 8 e 9 de setembro de 2003, em Brasília (DF), e contou com a participação de 85 crianças, adolescentes e jovens, entre 12 e 21 anos, que são ou que foram, até recentemente, trabalhadores domésticos de oito Estados brasileiros: Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. As jovens que participam do projeto na Bahia colaboraram como assistentes nas oficinas do evento.

Estas crianças, adolescentes e jovens são integrantes de projetos ou convidados por ONGs cujos trabalhos são uma referência no

combate ao TID ou que atuam diretamente sobre temas vinculados com a promoção e a defesa de direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

“Eu fiquei bastante alegre com a vontade que nós adolescentes tivemos de enfrentar o Congresso e termos falado tão bem”

Letiene, 13 anos

As crianças e adolescentes que participaram deste Encontro são atores fundamentais na erradicação do TID, só eles e elas podem criar e recriar sua própria história.

América Ungaretti – Unicef

O Encontro teve por objetivos:

- criar mecanismos para uma avaliação do alcance de políticas e ações destinadas a combater o TID no Brasil, a partir de experiências de vida, reflexões e depoimentos de crianças e adolescentes trabalhadores domésticos;
- ser visto como um espaço de promoção dos direitos de participação e protagonismo de crianças e adolescentes em assuntos que afetem suas vidas.

Distribuição de crianças e adolescentes participantes por região do país

<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Total Geral</i>
40	05	05	10	25	85

Mídia dá visibilidade à mobilização no enfrentamento ao TID em Brasília

Por Daniela Rocha (Andi)

A marcha de crianças e adolescentes trabalhadores domésticos para o Congresso, e a sua participação em sessão especial na Câmara dos Deputados para a entrega da Carta de Brasília - documento com suas reivindicações, foi o momento do I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos que mais repercutiu na mídia, de norte a sul do país.

Jornais de circulação nacional, como “O Estado de São Paulo”, “Jornal do Brasil” e “Correio Braziliense”, informaram o fato com destaque em suas edições de 10 de setembro de 2003. O “Correio Braziliense” chegou a fazer uma série de três reportagens de página inteira, enquanto durou o Encontro. Em 10 de setembro, publicou com destaque a seguinte declaração do ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos: “O Trabalho Infantil Doméstico só vai ser combatido se a sociedade fizer um pacto”. Ao lado, com igual destaque, lia-se a declaração de Elizabeth Santana, 11 anos, ex-babá: “Meu trabalho era distrair o filho dos pais”.

“Folha de São Paulo” e “O Globo”, os outros dois jornais de circulação nacional, fizeram um registro com menor tamanho, mas em lugar nobre de suas edições de 10 de setembro.

O tema e a mobilização gerada a partir do Encontro ganharam maior destaque e visibilidade graças à circulação da informação por todo país, em reportagens publicadas em jornais como “Diário do Pará” (PA), “Folha de Londrina” (PR), “Correio da Bahia” (BA), “Jornal do Tocantins” (TO), “O Paraná” (PR), “A Notícia” (SC), “A Tarde” (BA), “Gazeta de Vitória” (ES), “Zero Hora” (RS), “A Gazeta” (MT), “O Povo” (CE) e “Diário de Pernambuco” (PE), para destacar alguns.

As redes nacionais de TV também divulgaram, em 9 de setembro, o fato, em jornais no horário nobre, como Jornal Nacional e Jornal Hoje

(ambos da Rede Globo), Jornal da Band (Bandeirantes), Jornal da TV (Rede TV!), além de outras emissoras de canal aberto (NBR, com duas inserções sobre o tema) e canais a cabo e satélite (TV Justiça, que realizou dois programas com entrevistas ao vivo sobre o tema).

Em trecho da reportagem no Jornal Nacional, veiculado na noite do dia 9 de setembro, Fátima Bernardes, âncora do programa, disse: “Oitenta e cinco crianças e adolescentes, de vários Estados brasileiros, foram hoje ao Congresso Nacional pedir o fim do Trabalho Infantil Doméstico. Depois da manifestação no gramado, o grupo subiu a rampa do Congresso. Estava acompanhado da ministra da Assistência Social, Benedita da Silva, que - como eles - já foi empregada doméstica. As crianças entregaram ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, sugestões para acabar com o Trabalho Infantil Doméstico no Brasil”.

A metodologia utilizada no Encontro foi a mesma que vem sendo colocada em prática pelos projetos das instituições que participaram do evento. Trata-se de uma metodologia que fomenta o diálogo e a participação ativa de crianças e adolescentes, através de uma programação intensa que envolveu oficinas pedagógicas, integração sócio-cultural e produção de um documento contendo propostas de crianças e adolescentes para combater o TID, apresentado à Frente Parlamentar pelos Direitos de Crianças e Adolescentes em sessão especial no Congresso Nacional.

Conhecimento produzido

As oficinas pedagógicas focalizaram quatro temas específicos:

- participação política e estruturas de poder;
- comunicação;
- saúde e sexualidade;
- infância e direitos.

Nelas, crianças e adolescentes realizaram atividades, tomando como eixos principais a análise da situação do TID e o levantamento de propostas e recomendações para o seu enfrentamento.

Oficinas pedagógicas	Objetivos	Facilitadores
Participação e Estruturas de Poder	Discutir sobre os mecanismos de participação e funcionamento das instâncias políticas e das formas de intervenção nas tomadas de decisões.	William Bonfim e Janice Carvalho - MNMMR (Brasília)
Comunicação	Discutir sobre a importância da comunicação como instrumento de mobilização social e desenvolver estratégias de análise e produção de informação.	Bernardo Brandt - Oficina de Imagem (Belo Horizonte)
Saúde e Sexualidade	Possibilitar que crianças e adolescentes adquiram conhecimentos sobre seu próprio corpo (postura corporal, riscos e prevenção) e identidade de gênero, na perspectiva do direito à participação e não-discriminação.	Maria Lúcia Vidal (Rio de Janeiro)
Infância e Direitos	Possibilitar às crianças apropriação dos seus direitos a partir de um resgate histórico (eixos de raça e infantilização).	Cida Fernandes - Centro de Cultura Luís Freire (Recife)

“Na oficina de comunicação, gostei muito da experiência que fizemos com uma caixa de papelão, folhas de ofícios, cola e plástico preto. Nessa experiência, coloca-se a cabeça dentro da caixa e vemos a imagem de cabeça para baixo”.

Marileide, 18 anos.

“Uma coisa que eu vi e me impressionou bastante foi na (oficina) de participação política: a história dos gatos.(...) historia (de um) gato que descobriu uma forma de ficar maior do que os outros e (...) começou a massacrar os outros com menos poder. Os gatos com menos poder resolveram se organizar e lutar para não serem mais massacrados. Todos os gatos com menos poder, no fim com muita luta conseguiram seus objetivos. Então, se nós lutarmos, um dia vamos alcançar os nossos objetivos”.

Ana Célia , 16 anos.

“Vou procurar transmitir tudo o que aprendemos aqui”

Suzana, 19 anos

Direcionadas ao resgate da auto-estima individual e coletiva, as oficinas constituíram-se em espaços para reflexão e produção, possibilitando às crianças e adolescentes exprimir pensamentos e sentimentos, e contarem experiências, ao tempo em que construíam novos conhecimentos e habilidades. Através de suportes pedagógicos, técnicos e artísticos, meninos e meninas puderam fazer uma (re)significação da sua história e da sua visão sobre o universo do TID, adquirindo habilidades para atuar de forma protagônica em sua vida pessoal, social e política.

Funcionando em esquema de rodízio, com aproximadamente duas horas de duração, cada oficina contou, em média, com 20 crianças e adolescentes participantes. Estes momentos possibilitaram aos meninos e meninas uma melhor compreensão de si próprios e da sociedade, a partir de informações fornecidas pelos facilitadores, descobertas e discussões em grupo. Esse processo permitiu novas construções a partir desta reflexão. Os produtos resultantes das oficinas refletiram o olhar de crianças e adolescentes sobre sua realidade, assim como suas expectativas, reivindicações e propostas.

Oficina de Comunicação

Facilitador - Bernardo Brandt

Objetivos

Discutir sobre a importância da comunicação como instrumento de mobilização social de crianças e adolescentes, e desenvolver estratégias de produção de informação.

Recursos utilizados

SUCATA (jornais, revistas, caixas de papelão, cola, tesoura, fita adesiva)

EQUIPAMENTOS (câmera de vídeo e televisão)

Seqüência de atividades

- Utilizando uma câmera de vídeo e uma TV, o facilitador coletou depoimentos de todos os participantes da oficina, partindo de perguntas como “O que os meios de comunicação falam sobre o trabalho infantil doméstico?” e “Como cada um de nós vê o TID?”
- O facilitador explicou que os meios de comunicação funcionam como câmeras obscuras, apresentando a realidade ao público de maneira distorcida.
- Em seguida, propôs que os jovens construíssem em grupo câmeras obscuras (caixas de papelão isoladas da luz com plástico preto, tendo um pequeno furo pelo qual a luz entra e reflete no interior imagens de cabeça para baixo. As “câmeras” eram ainda cobertas por recortes de revista ou jornais que refletiam a visão de cada grupo sobre o TID).
- Por fim, o grupo refletiu sobre o processo de produção das câmeras obscuras e o facilitador comentou sobre a produção de notícias na mídia televisiva.
- O grupo escolheu seus representantes para a elaboração do documento de propostas e reivindicações, partindo de critérios definidos coletivamente.

Comentários

Crianças e jovens ficaram bastante entusiasmados com a possibilidade de falar diante da câmera de vídeo. Todos apresentaram depoimentos valiosos que puderam ser compartilhados com o grupo. A identificação foi grande entre os membros do grupo.

Oficina de Infância e Direitos

Facilitadora - Cida Ferraz

Objetivos

Possibilitar às crianças apropriação dos seus direitos a partir de um resgate histórico da sua vida no Brasil (eixos de raça e infantilização).

Recursos utilizados

IMAGENS (índios, negros, crianças em situações diversas - trabalhando, conversando, cantando e dançando).

Seqüência de atividades

- Aquecimento rápido do grupo, utilizando uma bola que gira pela mão dos participantes de maneira rápida.
- A facilitadora divide a turma em três grupos e para cada grupo entrega um conjunto contendo imagens de negros - na África e depois que vieram trabalhar como escravos no Brasil (Grupo 1); índios - antes e depois da chegada dos portugueses ao Brasil (Grupo 2); crianças trabalhando - no princípio do século e nos dias atuais (Grupo 3).
- Em seguida, propõe que cada grupo construa um painel contando a história daquelas imagens, seguindo uma linha do tempo e respondendo às perguntas “Como essas pessoas viviam?” e “Que direitos tinham?”
- Os grupos trabalham e depois apresentam aos demais participantes suas conclusões. A facilitadora e os demais participantes intervêm, trazendo suas contribuições e enriquecendo a discussão com mais informações.

Comentários

Crianças e jovens discutiram bastante. A atividade, a princípio, parece difícil, mas aos poucos o grupo vai entendendo como se desenrola a história. Nas discussões com os demais participantes, refletiu-se sobre a organização da sociedade, a construção e a conquista dos direitos pelos diversos grupos (índios, negros e crianças). No processo, eles aprendem um pouco mais sobre seus próprios direitos.

Oficina de Saúde e Sexualidade

Facilitadora - Maria Lúcia Vidal

Objetivos

Possibilitar que crianças e adolescentes adquiram conhecimentos sobre seu próprio corpo (postura corporal, riscos e prevenção) e identidade de gênero, na perspectiva do direito à participação e não-discriminação.

Recursos utilizados

SUCATA (papel, lápis, canetas, camisinhas, anticoncepcionais, pênis e vagina de borracha e/ou acrílico).

IMAGENS (aparelhos reprodutores masculino e feminino).

Seqüência de atividades

- A facilitadora pediu aos participantes que fizessem uma improvisação, partindo de como imaginavam ser a vida na Pré-História.
- O grupo debateu sobre o que ocorreu durante a improvisação, os papéis e estereótipos que foram mais marcantes, o que cada pessoa sentiu ao fazer a dramatização - e o que procurou expressar.
- A facilitadora perguntou o que os participantes já sabiam sobre o próprio corpo. Em seguida, dividiu o grupo em dois e propôs que cada um construísse uma “coreografia da sexualidade” (uma masculina e outra feminina). A coreografia é, na verdade, uma *performance* dos participantes, simulando os aparelhos reprodutores - seus órgãos, suas funções, seus movimentos.
- Por fim, o grupo reuniu-se novamente para tirar dúvidas com a facilitadora, que explicou a sexualidade humana em linguagem clara e mostrou os materiais que trouxe para a oficina.

Comentários

A facilitadora conseguiu criar um clima de intimidade e descontração onde todos ficaram à vontade para fazer perguntas e tirar dúvidas. Os jovens mostraram-se bastante dispostos a dialogar e trocar experiências entre si.

Oficina de Participação e Estruturas de Poder

Facilitadores - William Bonfim e Janice Carvalho

Objetivos

Discutir sobre mecanismos de participação e funcionamento das instâncias políticas e das formas de intervenção nas tomadas de decisões.

Recursos utilizados

SUCATA (papel, canetas).

IMAGENS (*slides* contendo uma história cujos personagens são gatos e onças, tratando das relações de poder no nosso país - desigualdade social, exploração, organização social, movimentos populares etc).

Seqüência de atividades

- Os facilitadores começam a atividade perguntando aos participantes o que entendem por estrutura de poder. Várias pessoas expressam suas idéias.
- O grupo constrói um pacto sobre como irão transcorrer os trabalhos durante a oficina (conversar e debater em grupo, participar, respeitar a opinião dos outros, ter espírito de equipe, prestar atenção).
- Os jovens são convidados a criar desenhos que reflitam o que é ser criança e adolescente, e depois apresentam suas produções.
- Os facilitadores apresentam os *slides* contando a história de gatos e onças. O educador recapitula a história e estabelece um debate com os participantes, onde vai introduzindo os conceitos de estruturas de poder na nossa sociedade.
- O grupo faz um jogo onde pode conhecer mais sobre os canais de participação popular.
- Por fim, o grupo divide-se em dois e recebe uma tarefa - analisar um caso onde uma criança sofra as conseqüências do TID e apresentar uma solução possível. Na parede da sala estão pendurados cartazes contendo trechos da legislação que se aplica à situação (ECA, Constituição Federal etc). Cada grupo apresenta a solução aos demais e segue-se um debate.
- O grupo encerra cantando a música “O que é, o que é”, do compositor Gonzaguinha.

Comentários

Os gatos viviam em harmonia, até que um deles começou a acumular poder e cargos. Ele se corrompe e se transforma em onça. Passa, então, a matar seus companheiros. Outros gatos também se corrompem e viram onças. Os gatos passam um período com medo e submetidos às vontades das onças. São explorados e oprimidos. Os gatos começam a se organizar e criam uma nova sociedade, livre do domínio das onças (sinopse da história).



Foto 4 Durante as oficinas as crianças e adolescentes tinham acesso a novas informações e reconstruíam seus conhecimentos.



Foto 5 O papel da comunicação e da mídia foram estudados e avaliados pelas crianças e adolescentes, através de dinâmicas que traziam uma reflexão sobre a percepção, produção e reprodução dos fatos.



Fotos 6 e 7 Para expressar e consolidar o processo de (re)construção dos conhecimentos, foi estimulado que as crianças e adolescentes utilizassem formas diversificadas de expressão, como esculturas com sucata e teatro.

A integração sócio-cultural ocorreu através da realização de uma Feira Cultural, expondo materiais trazidos por crianças e adolescentes de cada cidade e divulgando dados sócio-demográficos, fotos, ações desenvolvidas com foco no combate ao TID, artesanato, entre outros. Além disso, coordenados pelo grupo Bagulhadores de Mió (ONG de Recife/PE), crianças e adolescentes construíram coletivamente, durante os dois dias do Encontro, um cata-vento gigante, símbolo da luta pela erradicação do trabalho infantil, utilizando sucata, em um convite à (re)significação do que é descartado pela sociedade de consumo, transformando o que se considera lixo em obra. O cata-vento acompanhou crianças e jovens na visita ao Congresso Nacional.

“Eu mostrei o lado triste das crianças, no trabalho doméstico, e o lado feliz, que é brincar”.

André, 8 anos.

Trabalhar não tem graça. Quando a criança brinca é feliz. Quem trabalha fica sem cor”.

Grazielle, 12 anos.

O evento contou também com a participação dos dois vencedores do Concurso de Desenho, direcionado para crianças não trabalhadoras domésticas e promovido pelo jornal “Folha de São Paulo”, Fundação Abrinq e OIT. Para o concurso foram enviados mais de 10.000 desenhos, trazendo a visão das crianças sobre este fato. Os desenhos retratam, em sua maioria, cenas tristes de crianças que trabalham, além da dicotomia entre o que é e o que deve ser a vida infantil. Foram

divulgados 100 desenhos que disputaram o prêmio, com a participação de André Negrão Brancalion, vencedor na categoria até oito anos, e Grazielle Schmitd de Assis, vencedora na categoria até 12 anos. Esta presença foi importante, pois permitiu que também essas crianças pudessem expressar seus pensamentos e sentimentos em relação ao TID, bem como conhecessem outras crianças que vivem ou viveram esta realidade.

Durante todo o evento, meninos e meninas produziram um documento que consolidou as aprendizagens realizadas durante as oficinas, as trocas de informações entre os distintos grupos de cada Estado e suas percepções, as sugestões e as propostas de combate ao TID. Este



Foto 8
Desenho de André Negrão Brancalion, vencedor na categoria até oito anos.



Foto 9
Desenho de Grazielle Schmitz de Assis, vencedora na categoria até 12 anos.

documento, intitulado de “Carta de Brasília” por seus criadores, serviu de instrumento de inserção dessas crianças e adolescentes no espaço político nacional.

Elaborado por um grupo de oito meninos e meninas, relatores e redatores, eleitos representantes pelos demais participantes do

Encontro que assumiram a tarefa de coletar depoimentos e informações, o documento teve o apoio de quatro educadores, que acompanharam a sua realização. Depois o documento foi apresentado e ratificado em plenária pelas 85 crianças e adolescentes participantes do Encontro.

“O Encontro foi um marco, um momento especial, com as crianças ocupando o espaço das decisões políticas, sensibilizando lideranças e dirigentes nacionais. O Brasil não pode mais conviver com essa forma de exploração.”

Nilmário Miranda – Secretário Especial de Direitos Humanos (Governo Federal)

No início da tarde do dia 9 de setembro, uma manifestação realizada no gramado em frente ao Congresso Nacional - “plantio” de 2.000 cata-ventos - marcou a chegada de crianças e adolescentes trabalhadores domésticos para a sessão especial convocada pela Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Os salões e corredores do Congresso Nacional ficaram impregnados pela presença contagiante de crianças e adolescentes que distribuíam

cata-ventos multicoloridos e adesivos com o lema “Catar ventos de liberdade”, e cantavam palavras de ordem com a seriedade e a alegria peculiar de quem tem força de vontade de transformar a vida. Num gesto significativo, o ministro dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, subiu a rampa do Congresso e levou crianças e adolescentes ao palco da democracia brasileira, onde eles foram recepcionados pela então ministra da Assistência Social, Benedita da Silva, pela ministra para a Igualdade Racial Matilde Ribeiro, pelo presidente da Câmara, deputado João Paulo, pela presidência da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente, senadora Patrícia Saboya e

deputada Maria do Rosário, pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho Lélio Bentes, pela vice-procuradora geral do Trabalho Eliane Araque, pela conselheira do Conada Isabel Silva e pela presidente da Federação dos Trabalhadores Domésticos Creuza Oliveira, que também compuseram a mesa da sessão.

“Nós confiamos em vocês e estaremos atentos para que as propostas sejam postas em prática”

Ana Célia, 16 anos, ao entregar a Carta de Brasília à Deputada Maria do Rosário membro da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

“Pode ficar certa de que iremos lutar para não trair a confiança depositada”.

Dep. Maria do Rosário, ao receber o documento das mãos da adolescente Ana Célia.

A sessão transcorreu com muita emoção e entusiasmo, especialmente no momento da leitura e entrega, pelos representantes das crianças e adolescentes, do documento elaborado por eles durante o evento, contendo suas propostas de combate ao TID.



Foto 10 Em frente ao gramado do Congresso Nacional, as crianças e adolescentes simbolicamente plantaram cata ventos, na esperança de que floresça a liberdade.

Carta de Brasília

I encontro nacional de crianças e adolescentes trabalhadores domésticos

Brasília, 8 e 9 de setembro de 2003.

No Brasil, quase 500.000 crianças e adolescentes, entre cinco e 17 anos, estão no trabalho doméstico. Destes, 93% são do sexo feminino e 61% são afrodescendentes.

Propostas

Nós, crianças e adolescentes que participamos do “I Encontro Nacional sobre Trabalho Infanto-juvenil Doméstico”, depois de discutir nossas idéias, viemos propor às autoridades do Congresso Nacional, do Governo Federal, do Ministério Público do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho, e à sociedade aqui presente, nossas sugestões para erradicar o trabalho infantil doméstico no Brasil.

Nossas conclusões são as seguintes:

Saúde e sexualidade

- Abusar de criança e adolescente é crime. Propomos ter uma penalidade maior para adultos que abusarem sexualmente de crianças e adolescentes, pois a legislação atual é muito falha.
- Ampliar o número de Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo atendimento psicológico.
- Garantir que toda adolescente trabalhadora doméstica tenha o direito de ir ao ginecologista e outros médicos, sem ser descontada a sua ausência no salário.
- Garantir que os postos de saúde atendam crianças e adolescentes com prioridade absoluta, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, e caso isso não aconteça, que se denuncie.

- Garantir melhores serviços médicos nos postos de saúde e hospitais.

Direitos trabalhistas

- Garantir à adolescente trabalhadora doméstica a licença-maternidade.
- Que os direitos trabalhistas da categoria dos trabalhadores domésticos sejam cumpridos. Garantir os direitos facultativos como obrigatórios e que a jornada máxima de trabalho seja estabelecida.
- Que a jornada do adolescente doméstico entre 16 e 18 anos seja no máximo de seis horas, para o jovem poder estudar. Solicitamos que a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil defina as atividades do trabalho doméstico que não poderão ser realizadas pelos adolescentes e que esta determinação seja consultada com a rede de adolescentes envolvidos no trabalho doméstico.
- Que o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego encontrem formas alternativas de fiscalização do trabalho doméstico de adolescentes.

Direito à informação e à comunicação

- Solicitamos aos meios de comunicação mais compromisso em denunciar os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Solicitamos especial atenção para o caso do Ceará.
- O governo deveria investir em programa de televisão que trate do combate ao trabalho infantil, pelo menos uma vez por semana. O programa de televisão deveria ser dirigido por crianças e adolescentes que já tenham tido experiência com o trabalho doméstico. Neste programa, seriam realizadas entrevistas com crianças e adolescentes que tiveram experiência no trabalho doméstico, além de senadores, deputados, vereadores e prefeitos. Solicitamos apoio nos canais públicos.
- Investir em jornal e programas de rádio que tratem da erradicação do trabalho doméstico de crianças e adolescentes.

- Solicitamos seu apoio para criar uma rede nacional de comunicação entre adolescentes que estão e estiveram no trabalho doméstico.
- Que o governo brasileiro assuma as campanhas das ONGs contra o trabalho infantil, em geral, e, em especial, contra o trabalho infantil doméstico.

Direito ao lazer e à cultura

- Abrir mais espaços de lazer e cultura para crianças e adolescentes. Sugerimos utilizar os espaços de escolas e praças públicas.
- Que crianças e adolescentes trabalhadores domésticos tenham acesso ao passe estudantil gratuito nos transportes urbanos e meia-entrada para cinema, teatro, shows etc.

Apoio às famílias

- Para que crianças e adolescentes com menos de 16 anos não precisem trabalhar, é preciso incluir os pais em programas de geração de emprego e renda para que eles possam garantir o sustento da família.
- Garantir e dar continuidade aos programas Bolsa-Escola, Peti, Agente Jovem, Sentinela.
- Aumentar o valor das bolsas dos programas sociais e garantir recursos para o pagamento das bolsas do Peti.

Direito à educação

- Aumentar o número de vagas no Ensino Médio.
- Que crianças e adolescentes trabalhadores domésticos tenham direito a livros nas bibliotecas das escolas e acesso efetivo aos laboratórios de computação, Internet etc.
- Que adolescentes do Ensino Médio também tenham direito à merenda escolar.

- Incluir no currículo escolar a história e a cultura de afrodescendentes e povos indígenas.
- Garantir uma maior qualificação dos professores da rede pública de ensino.
- Melhorar e dar manutenção à estrutura física das escolas públicas.
- Garantir reforço escolar para crianças e adolescentes que estão ou estiveram envolvidos com o trabalho infantil.
- Investigar por que os temas de gênero, raça, direitos da infância e pluralidade cultural não estão sendo incluídos e fazer cumprir a lei de inclusão destes temas no currículo escolar.
- Desenvolver uma rede de vigilância nas escolas para identificar casos de exploração do trabalho infantil doméstico, com encaminhamento para programas ou projetos de recuperação da infância roubada e acompanhamento psicológico e social da criança e da sua família.
- Que crianças e adolescentes estejam na escola formal e, no outro período, incluídas em programas sócio-educativos com atividades recreativas, culturais, de lazer etc.

Direito à participação

- Que as prefeituras e Estados promovam espaços de participação de governos mirins, para que crianças e adolescentes elaborem propostas sobre suas necessidades.
- Que as políticas públicas executem prioritariamente ações afirmativas para a população afrodescendente e indígena, e promovam a recuperação da auto-estima e a valorização da identidade racial.
- Solicitamos o apoio das autoridades presentes, em especial do Governo Federal e do Congresso, para realizar o II Encontro Nacional do Trabalho Infantil Doméstico com todos os Estados do Brasil e um seminário nacional de crianças e adolescentes, em diferentes atividades de trabalho infantil, para discutir nossas idéias e propor nossas sugestões.

Finalmente solicitamos que a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente faça o acompanhamento do cumprimento destas propostas.

Brasília (DF), 9 de setembro de 2003.



Foto 11 No Salão Negro do Congresso Nacional as crianças e adolescentes são recebidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados e por Ministros de Estado.



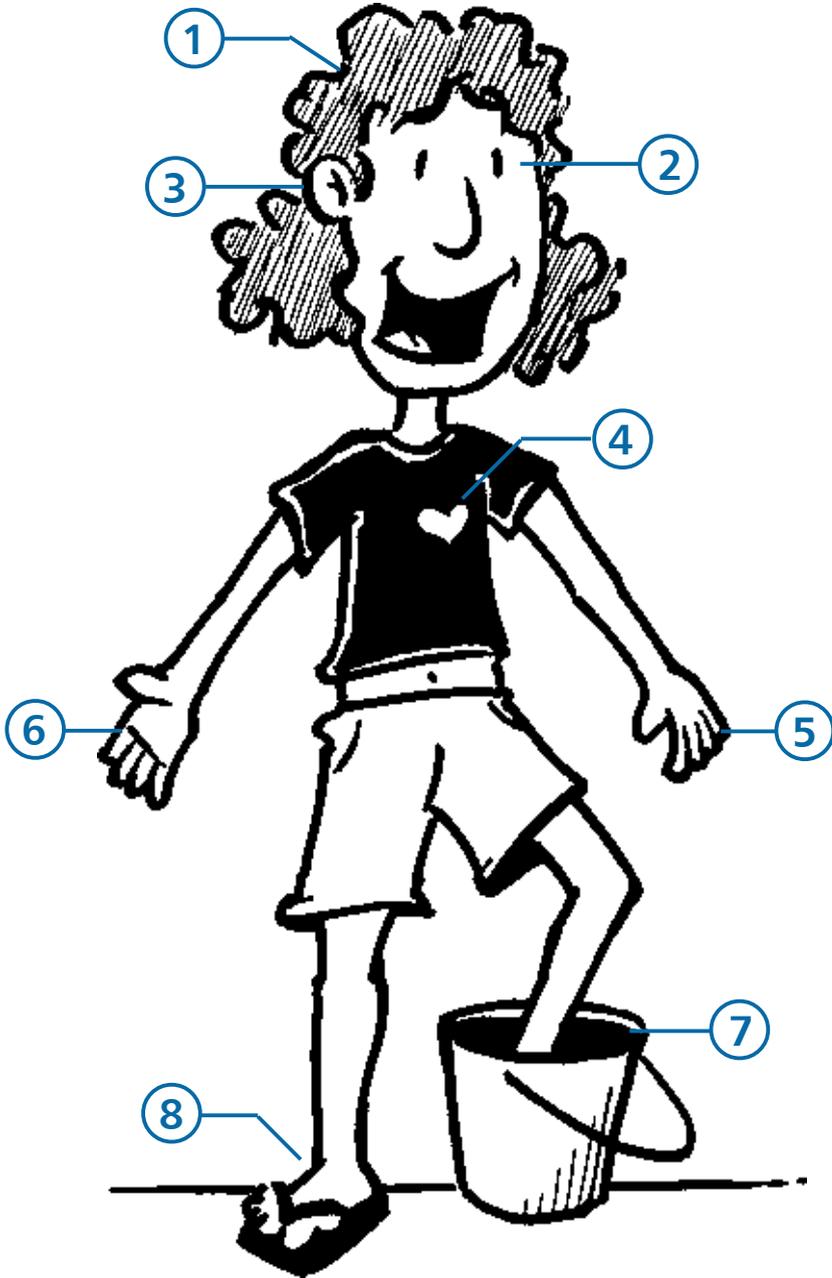
Foto 12 Na Sessão Especial da Frente Parlamentar pelos Direitos de Crianças e Adolescentes a presença dos trabalhadores infantis domésticos, que levaram as autoridades e deputados suas considerações sobre o tema na Carta de Brasília.

Avaliação de crianças e adolescentes participantes

A avaliação do Encontro pelos seus participantes ficou sob a responsabilidade da ONG Circo de Todo Mundo. A proposta de coletar informações envolveu o envio de uma carta-convite para todas as instituições que participaram do evento. Esta, além de encaminhar um questionário lúdico (ver modelo anexo) e convidar crianças e adolescentes para colaborar com suas respostas para avaliação, recordava também os objetivos do Encontro.

A sistematização dos dados foi feita a partir de um levantamento prévio de todas as respostas, seguida de uma seleção daquelas consideradas mais significativas. Entretanto, todas as respostas foram extremamente importantes e revelaram o sentimento desenvolvido em relação ao Encontro.

Apresentamos, a seguir, uma síntese das respostas obtidas na sistematização de todas as avaliações, preservando a essência do conteúdo das respostas de crianças e adolescentes.



I Na cabeça (três idéias que vai lembrar)

- “Que basta querer lutar e ter o objetivo de que um dia o trabalho doméstico infantil vai acabar e todos os direitos vão ser iguais, tanto para pobre como para rico”.
- “Eu tenho que lutar para acabar com o trabalho infantil doméstico. Tenho que lutar pelos nossos direitos e fazer acontecer”.
- “Promover um Encontro internacional”.
- “Lutar pelos direitos, confiar sempre no seu potencial. A apresentação da ‘Doméstica sim, mas com direito’ foi inesquecível”.
- “Que precisamos lutar para que a vida dos trabalhadores mude”.
- “O jovem pode e deve criticar a política”.

2 Nos olhos (duas coisas que impressionaram)

- “A da sexualidade, sobre o que acontece no nosso corpo. E a do direito da criança e do adolescente, que falou sobre os nossos direitos”.
- “A criatividade dos facilitadores de expressar o conhecimento e a atenção com todos nós”.
- “A união em um só grupo de todos os Estados”.
- “Aprendi mais sobre sexualidade e reforcei algumas coisas que já sabia”.

3 No ouvido (duas coisas que escutou e não esquecerá)

- “Vocês são importantes, pois têm como objetivo representar mais de 500.000 crianças e adolescentes no Brasil”.
- “Que devemos lutar pelo que é certo e não fazer com os outros o que não queremos que façam conosco”.

- “A adolescente que entregou o documento final do Encontro à deputada Maria do Rosário, dizendo que estava olhando no seu olho e que contava com o seu comprometimento”.
- “Com muita garra e força vamos acabar com o trabalho infantil - só não lembro quem disse”.
- “A Camila, que trabalhava em uma casa de família e ganhava R\$ 20,00 por mês, e o Jorge, que me disse um poema que até hoje não esqueci. Esse poema fala o que é ser uma pessoa indígena”.
- “Todos têm direitos. Pena que somente poucos saibam disso”.

4 No coração (uma coisa que tenha causado alegria)

- “A união de todos os adolescentes e crianças lutando por um só objetivo: acabar com o trabalho infantil doméstico e regularizar o trabalho doméstico”.
- “O momento que eu tive de conhecer pessoas que tinham o mesmo objetivo que eu de poder falar para as autoridades o que realmente queremos, falar com muitas crianças e adolescentes que não tiveram a mesma oportunidade que felizmente eu tive”.
- “Conhecer adolescentes como eu, que querem ter seus direitos respeitados”.
- “Os parlamentares se comprometeram diante de nós e da mídia com a implementação das propostas do documento final e com a promoção de um novo Encontro”.
- “Poder estar junto com várias crianças e adolescentes, discutindo propostas para erradicar o trabalho infantil e o trabalho infantil doméstico”.
- “Tive a alegria de fazer novas amigas”.
- “Poder ver o local onde o Lula trabalha”.

5 Na mão esquerda (uma coisa que tenha feito e que quer voltar a fazer)

- “Ir para o II Encontro Nacional e mostrar que nós não estamos esquecidos. Voltarmos para lembrar ou cobrar, ou até mesmo elogiar, se houver algo feito. Quero sempre lutar contra o trabalho infantil doméstico”.
- “Voltar a cumprimentar os novos colegas que conhecemos em Brasília. Foi 100%”.
- “Mobilizar o mundo mostrando os direitos dos trabalhadores domésticos e erradicar o trabalho infantil”.
- “Fabricar coisas que ajudem na manifestação: cata-vento gigante utilizado na caminhada até o Congresso”.

6 Na mão direita (uma coisa que não quer voltar a fazer)

- “Ficar tímida na hora de expressar com os oficinairos”.
- “No Encontro, não fiz nada que me arrependesse. Ao contrário, tudo que fiz eu queria fazer novamente”.
- “Mexer antes do tempo nas coisas que não podia, como a câmera”.
- “Eu conversava enquanto as meninas apresentavam. Não quero mais fazer isso, pois acho que é falta de educação”.

7 Pé no balde (uma pisada na bola de um dos facilitadores)

- “Bem, não tem nenhuma pisada na bola, mas sim no gol, pois os facilitadores foram o máximo, ajudaram bastante e estão de parabéns”.
- “Foi tudo muito legal”.
- “Nessa parte não tenho nada a reclamar, pois foram muito atenciosos conosco, nos trataram muito bem, nos orientaram bem, fizeram tudo com muito carinho e amor à profissão. Espero que eles continuem assim em qualquer oficina, eles são 100% demais”.

- “Deveria ter mais tempo para este Encontro, porque ficou muito corrido e tivemos muito para o lazer. Já que era um espaço para jovens, deveria ter um som. Principalmente deveria ter discutido sobre racismo, que não houve em relação a esse problema sofrido por todos os brasileiros”.
- “Não houve esta situação, pois na minha opinião todos eram altamente capacitados, quando estavam ensinando nas oficinas”.

8 Pé no chão (uma coisa que tenha resolvido encaminhar ao voltar para casa)

- “Eu gostaria bastante que o projeto continuasse, pois há muitas pessoas para serem alcançadas. A sociedade ainda precisa despertar para a realidade. Por isso eu gostaria que o projeto continuasse”.
- “Eu vou denunciar para o Juizado do Menor todos os meninos que trabalham, porque eu trabalhava e não gostava”.
- “ Repassar o Encontro para outros meninos do projeto”.
- “A vontade de continuar correndo atrás dos meus direitos e expectativas de uma vida melhor, junto com o Ceafro e o povo da comunidade, despertando curiosidade nas pessoas que nunca foram a um Encontro. Isso realmente ainda está sendo muito legal para mim e minha família”.
- “Resolvi repassar, através de um seminário na escola onde eu estudo, as minhas experiências que tive em Brasília sobre o trabalho infantil”.
- “Participar do II Encontro em outro lugar do país”.

Os Próximos Passos



Os Próximos Passos

De acordo com a avaliação realizada, o I Encontro Nacional apresentou resultados muito significativos. No depoimento dos educadores e das próprias crianças e adolescentes, o Encontro possibilitou a troca de experiências entre os representantes das várias cidades e promoveu a reflexão sobre a temática do TID e sobre os desafios encontrados em diferentes Estados. A construção do documento contendo as sugestões das próprias crianças e adolescentes para erradicar esta forma de trabalho foi também apontada como uma das mais importantes conquistas do Encontro. Dessa forma, o evento realmente consolidou um espaço de participação, expressão e comunicação para crianças e adolescentes trabalhadores domésticos.

Uma maior integração entre os diversos projetos que participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção do Adolescente no Trabalho Doméstico da OIT, UNICEF e Save the Children Reino Unido também foi apontada como positiva.

“Espero que um dia o trabalho infantil seja erradicado. O trabalho infantil é uma situação complexa, mas ele tem solução. As crianças e adolescentes são o futuro da Nação e devem ser tratadas com o merecido respeito”.

Marileide, 16 anos.

Estados e entidades que ainda não têm programas específicos de combate ao TID tiveram a oportunidade de conhecer experiências já em andamento, contribuindo assim para possíveis elaborações de projetos referentes ao tema.

Por fim, o Encontro teve como resultado específico na vida dessas crianças e adolescentes a oportunidade de conhecer as estruturas de poder e de tomada de

decisões do nosso país, ao mesmo tempo em que proporcionou a sua inserção política num processo de *advocacy*, gerando compromissos assumidos pelo Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público do Trabalho.

Diante desses impactos iniciais, as organizações participantes apontam como passos importantes para a continuidade da mobilização em torno do combate ao TID:

- continuar desenvolvendo iniciativas que promovam a integração entre crianças e adolescentes, para que eles possam dar continuidade ao processo de participação e protagonismo já iniciado no Encontro;
- divulgar o documento elaborado no Encontro;
- acompanhar o cumprimento das propostas nele apontadas;
- continuar promovendo debates que envolvam a mídia para divulgação e sensibilização da temática;
- mobilizar todos os setores da sociedade para tornar crianças e adolescentes sujeitos dos seus direitos;
- criar campanhas de combate ao TID tendo como conteúdo central a afirmação dos valores da diversidade étnico-racial, a desmobilização da violência contra crianças e adolescentes no interior das residências onde trabalham e a afirmação positiva da dimensão plural da sociedade brasileira;
- promover políticas públicas que garantam uma vida digna para as famílias de crianças e adolescentes em situação de exploração;
- fortalecer as intervenções que atuam no combate ao TID;
- disseminar a metodologia e os resultados do Encontro.

Anexos



Anexos

Projetos que são referências

A mobilização social para o enfrentamento do TID que vem ocorrendo no Brasil deu origem a uma série de iniciativas, cujo trabalho merece destaque especial. Os projetos desenvolvidos pelas ONGs Cedeca-Emaús (PA), Cendhec (PE), Ceafro (BA) e Circo de Todo Mundo (MG) são uma referência nacional no combate ao TID. A abordagem da temática, as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados por estas iniciativas podem e devem inspirar o trabalho de outras organizações que pretendem aderir à causa. Essas instituições mostram o quanto é importante e necessário promover a participação de crianças e adolescentes, e lutar pela garantia dos seus direitos.

Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico
Movimento República de Emaús - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca)
Belém/PA

O Cedeca-Emaús foi criado em 1983, a partir da ONG Movimento República de Emaús, como resposta jurídico-social às violações dos direitos de crianças e adolescentes residentes em Belém do Pará. Atualmente, o Centro trabalha no enfrentamento da impunidade, violência institucional, trabalho infantil, exploração sexual e garantia dos direitos de adolescentes em conflito com a lei.

O trabalho infantil doméstico passou a ser uma das prioridades do Cedeca-Emaús, a partir de 1997, pelo aumento de denúncias da

exploração deste tipo de trabalho e verificação de que não havia programas de suporte para esse grupo. Em 1998, o Cedeca passou a realizar estudos e discussões sobre o assunto; em 1999, participou de uma reunião técnica organizada pela Save the Children Reino Unido, OIT e UNICEF, em Lima, no Peru, e se apropriou das discussões na América Latina, passando a fazer parte da criação e gestão do Grupo Temático sobre Trabalho Infantil Doméstico, anexado ao Fórum Nacional no Brasil, que traçou as linhas de enfrentamento do problema; em 2000, para dar suporte às discussões, o Cedeca-Emaús, com apoio da Save the Children Reino Unido e do UNICEF, realizou um estudo de caso envolvendo 16 meninas, para conhecer a sua história de vida e, a partir de então, passou a ter mais subsídios para intervir, elaborando um plano estratégico e montando uma rede de parceiros para enfrentar o problema; em 2001, realizou-se a parceria com a OIT, com o início de uma pesquisa e a execução de um programa de ação com quatro eixos: fortalecimento legislativo e institucional, comunicação, geração de informação sobre o tema e metodologias de intervenção direta com as crianças e suas famílias.

A metodologia empregada prevê duas formas de intervenção:

- ação direta (assistência às meninas beneficiárias utilizando programas existentes na rede pública; estímulo à profissionalização e à educação formal; estímulo à geração de renda alternativa para as famílias do público beneficiário; atendimento legal às adolescentes em idade laboral para possibilitar o retido das que se encontram em situações inaceitáveis; e proteção transitória das que estão em idade legal para trabalhar);
- ação de desenvolvimento institucional (capacitação de agentes de organizações governamentais e não-governamentais; estruturação da equipe coordenadora na agência executora; sensibilização da comunidade; formação de técnicos e gestores na comunidade de origem das meninas trabalhadoras domésticas; sensibilização de gestores municipais e estaduais para promover o reordenamento dos espaços de atendimento).

Atualmente, o projeto atende crianças e adolescentes menores de 16 anos, que estão no trabalho doméstico; adolescentes explorados no trabalho na faixa etária de 16 a 18 anos, que apesar de já estarem em idade laboral, não estão com seus direitos legais respeitados, ou são sujeitos de qualquer tipo de violência no mundo do trabalho doméstico; pais cujos filhos estejam no trabalho doméstico ou em vias de ingressarem no trabalho doméstico.

Além disso, o projeto desenvolve ações voltadas para a comunidade municipal em geral, integrantes do comitê assessor e instituições parceiras, e uma experiência piloto no município de Soure, no tema da prevenção, a partir da estratégia de espaços multiculturais.

Prevenção e Enfrentamento do Trabalho Infanto-Juvenil Doméstico no Recife: (re)construindo horizontes

Centro Dom Helder Câmara (Cendhec)

Recife/PE

Desde a sua fundação, em 1989, o Cendhec vem atuando como Centro de Defesa dos Direitos Humanos, especialmente de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, exploração e violência. Em 1999, o Centro passou a fazer parte da coordenação do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, sediado em Recife. Esta experiência possibilitou uma maior aproximação com a problemática do trabalho infantil. Dentre as formas de trabalho infantil, o TID tornou-se um desafio relevante por ser invisível, oculto e inacessível. Nesse percurso, a Save the Children Reino Unido convidou o Cendhec para realizar uma intervenção com crianças e adolescentes, identificando seu perfil sócio-político-econômico-cultural. Esta pesquisa resultou na publicação “Onde está Kelly?” e também numa ação de formação com adolescentes. Em seguida, foi realizada uma nova pesquisa com crianças e adolescentes, entre 11 e 17 anos, desta vez apoiada pela OIT. Também nesse momento, iniciamos o “Projeto de Prevenção e Enfrentamento do Trabalho Infanto-Juvenil

Doméstico: (re)construindo horizontes”, envolvendo jovens e apoiado pela OIT e Save the Children Reino Unido.

O projeto teve como foco a formação para a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes inseridos precocemente no trabalho doméstico. Isso ocorreu através da inclusão dos jovens em oficinas sócio-educativas sobre direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, direitos trabalhistas, sexualidade, preconceitos, violência sexual e doméstica, e cultura pernambucana.

As oficinas incluíram como temas transversais o gênero e a raça. Além das oficinas, um grupo de adolescentes com idades entre 13 e 17 anos passou a atuar como agente multiplicador. Em oficinas que utilizavam técnicas como teatro de bonecos, dinâmicas de grupo, contos, vídeo e trabalhos de grupo, os adolescentes relataram suas experiências de vida enquanto trabalhadores domésticos que tiveram seus direitos humanos e trabalhistas violados. Como produto destas oficinas, foi elaborada a cartilha “Elas não brincam em serviço: 12 histórias de trabalho doméstico de crianças e adolescentes (cartilha para jovens multiplicadoras)”.

O projeto também possibilitou acesso a atendimento psicológico. Foram cinco encontros orientados por psicólogas, buscando o resgate da auto-estima e a construção da identidade individual e coletiva.

Os adolescentes passaram a ter acesso a programas sociais do Governo Federal - Agente de Desenvolvimento Jovem, Bolsa-Escola e Peti. Os jovens com mais de 16 anos foram inseridos em cursos profissionalizantes (informática, recepcionista, entre outros). As famílias dos adolescentes foram sensibilizadas através de oficinas sócio-educativas, que trataram dos temas “Direitos da criança e do adolescente”, “Mitos sobre o trabalho infantil doméstico”, “Direitos trabalhistas” e “Conflitos familiares”.

A construção da cartilha com adolescentes desencadeou um ciclo de ações protagonicas, através da constituição de uma rede de jovens

multiplicadores de conhecimento. Eles também foram capacitados para dar entrevistas na mídia local e nacional (jornal, TV e rádio) e responsáveis pela multiplicação das cartilhas no “I Encontro Municipal para Jovens Comunicadores de Rádio”, no Cabo de Santo Agostinho (PE).

O Cendhec foi responsável por colocar a questão do TID em pauta na cidade do Recife. A visibilidade foi conquistada através da participação no GIT (Grupo Interinstitucional Temático para Prevenção e Enfrentamento do TIJD), que é composto por segmentos governamentais e não-governamentais, tais como Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, Fórum Estadual de Erradicação do TID, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Delegacia Regional do Trabalho, Conselhos Tutelares, Prefeitura do Recife, Centro das Mulheres do Cabo, UNICEF e outras ONGs locais. Como resultado desta articulação, a campanha “Ela não brinca em serviço – Uma criança perderá a infância trabalhando na sua casa” obteve grande impacto social na mídia.

Ampliando Direitos e Horizontes Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceafro) Salvador/BA

Iniciado em 2000, com apoio do UNICEF, Save the Children Reino Unido, Terre des Hommes e Fundo da Igualdade de Gênero do Canadá (Cida), o projeto tem como principal objetivo a inclusão da problemática do trabalho doméstico de crianças e adolescentes nas políticas públicas. Prevê como resultado de suas ações a ampliação da qualificação educacional e profissional dos adolescentes com direitos garantidos e a constituição de uma rede mobilizada em defesa do tema. O seu público são mulheres adolescentes, de 16 a 18 anos, que estejam no trabalho doméstico.

As atividades do projeto estão estruturadas a partir dos eixos temáticos de gênero e raça, e apoiadas no conceito de mulher-

negra-trabalhadora doméstica. Dentre as ações, estão a formação básica (profissional, educacional e cidadania) e a formação de lideranças. A formação básica profissional busca melhorar a qualidade do trabalho realizado pelas adolescentes enquanto trabalhadoras domésticas e desenvolve também outras competências, como comunicação digital e atendimento; a formação básica educacional desenvolve competências na área de códigos e linguagens (escrita, oral e matemática), essenciais para um bom desempenho educacional; a formação básica em cidadania promove o resgate da identidade racial e de gênero através do reforço da auto-estima, da identificação dos mecanismos de construção do racismo, da (des)construção do papel subordinado atribuído às mulheres e da (re)significação do trabalho doméstico.

A formação voltada para o desenvolvimento de lideranças promove o protagonismo e envolve um trabalho realizado com 20 organizações de Salvador. Nesta formação, são desenvolvidas ações de sensibilização e formação de educadores nas temáticas de gênero e raça, e ainda ações de mobilização da sociedade e da mídia, através de campanhas de comunicação voltadas para mudar o imaginário da população sobre o TID, combater o trabalho infantil e promover a garantia dos direitos das adolescentes.

Um trabalho com as famílias das jovens também é desenvolvido, tendo como estratégia estreitar as relações. Por isso, a família está sempre presente, desde o momento da inscrição, como também nas reuniões periódicas, onde se procura compartilhar o sentido das mudanças provocadas pelo projeto na vida das jovens. O importante é estabelecer um compromisso com todos no combate ao trabalho infantil e na garantia dos direitos das adolescentes.

Neste projeto, o protagonismo é uma consequência da formação. As adolescentes criam estratégias de sensibilização da sociedade fazendo uso da linguagem da juventude. O processo passa tanto pela produção de materiais (cartilhas, peças etc), quanto pela promoção de seminários, debates e apresentações em espaços públicos, enfocando as temáticas de gênero, raça, assédio sexual, educação e

violência no âmbito ou não do trabalho doméstico. Dentre os materiais produzidos, os de maior destaque foram a “Cartilha de Direitos” e a peça “Estou doméstica sim, e daí?” (hoje, na segunda versão “Estou doméstica sim e com direitos!”), que retrata as condições de trabalho, as relações com patrões e a violência no ambiente de trabalho doméstico. O empoderamento é desenvolvido na perspectiva da incidência política e da posituação das condições de gênero, raça e trabalho doméstico.

Os resultados alcançados são bastante positivos e este esforço está conseguindo colocar em pauta o debate sobre o TID, além de mobilizar a sociedade e a mídia na luta contra a invisibilidade e a naturalização deste quadro de desigualdades. Já existe um diálogo com o Legislativo municipal e estadual na construção de uma proposta para este público. O projeto participa de todos os fóruns municipais de garantia dos direitos de crianças e adolescentes e da rede de combate à violência e ao assédio sexual. Neste caminho, os educadores do projeto têm colaborado com outras organizações, em nível nacional, disseminando sua concepção pedagógica no que se refere à raça e ao gênero.

Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção dos Adolescentes no Trabalho Doméstico

Circo de Todo Mundo

Belo Horizonte/MG

O Circo de Todo Mundo foi criado em 1991 para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, possibilitando-lhes o pleno exercício da cidadania por meio de vivências lúdicas, criação de vínculos afetivos e resgate da auto-estima. Conta com dois abrigos provisórios - o Centro de Defesa Helena Greco e o Centro Cultural Circo de Todo Mundo, onde a arte circense é utilizada como eixo fundamental de um trabalho que vem despertando nas crianças e adolescentes o desejo de mudança. A metodologia

empregada provoca nas famílias de crianças e adolescentes a perspectiva de se tornarem agentes de transformação das suas próprias vidas.

O objetivo principal do projeto de enfrentamento do trabalho infantil doméstico é assegurar o atendimento às necessidades básicas de crianças e adolescentes de Belo Horizonte (educação, saúde, profissionalização, cultura, lazer, assistência jurídica e psicológica). O projeto volta-se também para a inserção das famílias desses jovens em serviços de orientação, apoio e geração de renda. Além disso, já está se conseguindo introduzir a temática do TID na agenda política local e estadual, promovendo a criação de uma rede de instituições comprometidas com a erradicação do TID em Minas Gerais.

O projeto realiza oficinas temáticas e atividades artísticas e culturais que proporcionam a vivência do lúdico, privilegiando o imaginário e a brincadeira. Além disso, são promovidos encontros, debates, assembléias e seminários focalizando a garantia de direitos e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A ONG também encaminha os adolescentes maiores de 16 anos para cursos profissionalizantes.

Os momentos vividos no projeto são importantes na formação dos valores destas crianças e adolescentes. Através do trabalho, crianças e adolescentes poderão construir um novo projeto de vida, reintegrados às suas famílias, estimulando a escolarização, o convívio social, a criação de vínculos afetivos e o resgate da auto-estima, com o objetivo da formação humana e do exercício pleno da cidadania.

Atualmente, o projeto atende crianças e adolescentes até 18 anos e acompanha famílias que recebem uma bolsa de complementação de renda ou mesmo a bolsa do Peti. Estas famílias também são encaminhadas para serviços de orientação e apoio sócio-familiar da rede pública municipal de assistência social e da rede não-governamental, e recebem acompanhamento através de visitas domiciliares e encaminhamentos jurídicos.

A intervenção articula-se com os meios de comunicação para o convite e o estímulo à sociedade civil e ao poder público, na perspectiva de que estes participem, sugiram e proponham alternativas para a erradicação do trabalho infantil. O objetivo é que eles se tornem parceiros no desenvolvimento do projeto e incluam no cotidiano das instituições a discussão acerca da temática. Nesse sentido, são realizados seminários, debates e audiências públicas, levando-se a discussão para reuniões, fóruns e Conselhos de Direitos, congregando novos aliados na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Programação do evento

Data: 07/09/2003

Chegada, credenciamento dos participantes e montagem dos estandes na Feira Cultural.

Data: 08/09/2003

7h - Café da manhã

8h - Abertura

8h30 - Apresentação artística do Circo de Todo Mundo (MG) e dinâmica de integração com o Grupo Bagulhadores de Mió (PE), com passeio pelos estandes da Feira Cultural.

9h30 - Intervalo

10h - 1ª Rodada de Oficinas

12h - Almoço

13h30 - 2ª Rodada de Oficinas

15h30 - Intervalo

16h - 3ª Rodada de Oficinas

19h - Jantar

20h - Apresentação artística da ONG Ceafro (BA).

Data: 09/09/2003

7h - Café da manhã

8h - 4ª Rodada de Oficinas

10h - Intervalo

10h30 - Elaboração do documento pela comissão representante de meninos e meninas, e finalização da construção do cata-vento gigante.

12h - Plenária para retificação e aprovação do documento final.

13h - Almoço

14h - Saída para o Congresso Nacional.

14h30 - Recepção no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar da Infância e Adolescência e Sessão Especial para a apresentação das propostas elaboradas no Encontro.

16h - Passeio turístico por Brasília.

18h - Retorno e jantar

20h - Dinâmica de encerramento com o Grupo Bagulhadores de Mió (PE).

Participantes



Crianças e adolescentes

Pará Anderson, Ana Paula, Geanne, Karla Roberta, Letheny, Leandro, Marla, Maria Cristina, Nathalia Kelly, Silvana e Thayana. **Ceará** Marileide, Francisca, Maria Isabel e Adriano. **Pernambuco** Rafaela, Ana Célia, David, Emerson, Gleice Kelly, Jucicleide, Kalyanne, Leandra, Márcia Cristina, Patrícia e Tâmara. **Bahia** Nildes, Ana Grasiela, Alessandra, Antônia, Cátia Regina, Cléssia, Cristiana, Fernanda, Edna, Elizabeth e Suzane. **Minas Gerais** Aline, Ana Flávia, Andréia Luiza, Bruna Rafaela,



Camila, Carolina, Débora Cássia, Eduardo, Ellen Carla, Eliete Cristina, Elizabeth Cristina, Fábio, Fernanda Inês, Fernanda, Fernanda Rosa, Francine Tamires, Frederico Francisco, Gabriela Santos, Gabriela Rodrigues, Gleide Mariana, Jéssica, Jocasta, Juliana, Júlio Pedro, Lucas Gabriel, Kátia, Mariana Aparecida, Milton, Naiane, Natália, Poliana, Priscila, Sara Adriano, Simone, Tatiana, Thais Helena, Thiago e Weldel Jonathan. **São Paulo** Luciana, Ellen, Amanda Grasiela, Geovani Guilherme e César José. **Paraná** Everton, Juliano, Eliete, Leia e Mirian.

Convidados

Sandra Lia Simón (procuradora geral do Trabalho)
Eliane Araque dos Santos (Ministério Público do Trabalho)
Creuza Maria Oliveira (Fenatrad)
Maria Isabel da Silva (Conanda)
José Carlos Ferreira (diretor adjunto da OIT no Brasil)

Facilitadores

Bernardo Brandt - Comunicação (Oficina de Imagens - MG)
William Bonfim e Janice Carvalho - Participação e Estruturas de Poder (MNMMR - DF)
Cida Fernandes - Infância e Direitos (Centro de Cultura Luís Freire - PE)
Maria Lúcia Vidal - Saúde e Sexualidade (RJ)

Educadores

Alísio da Silva Santiago (Cedeca/CE)
Cláudia Renata G. dos Santos (Cedeca/PA)
Marylucia Mesquita (Cendhec/PE)
Marcelli Ferraz (OIT/PR)
Luiza Anunciada de Lima Alves de Cerqueira (Cendhec/PE)
Vilma Maria dos Santos Reis (Ceafro/BA)
Delza de Paula Silva (Ceafro/BA)
Maria Letícia Teixeira (Circo de Todo Mundo/MG)
Maria Lucinei Faustino (Fórum Peti/SP)
Patrícia Nascimento (Girasolidário/MS)

ONGs

Cedeca-Emaús
Travessa Romualdo de Seixas, 918 - Umarizal - Belém/PA
CEP: 66050-110
Tel: 91 224.7967

Cedeca

Rua Leopoldina, 110 - Centro - Fortaleza/CE

CEP: 60110-000

Tel: 85 252.4202

Cendhec

Rua Gervásio Pires, 921 - Boa Vista - Recife/PE

CEP: 50050-070

Tel: 81 3231.3654

Ceafro

Praça Inocêncio Galvão, 42 - Largo 2 de Julho - Salvador/BA

CEP: 40060-180

Tel: 71 321.2580

Fórum Peti

Rua São Bento, 2729 - Araraquara/SP

CEP: 14802-290

Tel: 16 235.8155 (ramal 26)

Girasolidário

Rua Regente Feijó, 372 - Jardim Paulista - Campo Grande/MS

CEP: 79050-680

Tel: 67 342.5377

Circo de Todo Mundo

Rua Hermílio Alves, 34 - Santa Tereza - Belo Horizonte/MG

CEP: 31010-070

Tel: 31 3222.9039

Sociedade Cível Nossa Senhora Aparecida

Av. Morenita, 2047 - Porto Meira - Foz do Iguaçu/PR

CEP: 85855-190

Tel: 45 529.7497

Apoio

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Giovanni, FCB

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Conanda

Fórum Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil

Coordenação de Comunicação

Andi

Realizadores



Fundada em 1919 com o objetivo de promover a justiça social, a Organização Internacional do Trabalho atua no Brasil desde 1950. Em 1992 trouxe o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec) para o país, financiando mais de 100 programas e ações diretas, e mostrando a viabilidade de políticas integradas de prevenção e erradicação do trabalho infantil.



Órgão permanente das Nações Unidas no Brasil, o Fundo das Nações Unidas para a Infância desenvolve diversos programas de apoio para cerca de 400 instituições não-governamentais que trabalham para a promoção, proteção e garantia igual e universal dos direitos de crianças e adolescentes.



Save the Children
UK

Agência não-governamental britânica especializada na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Desenvolve projetos em 70 países. No Brasil, desde 1991, os focos principais do seu programa são Educação, Trabalho Infantil, Saúde Sexual e Reprodutiva, Combate à Violência e aos Maus-Tratos, e Resposta e Prevenção de Emergências com Enfoque na Infância. Promove ações de apoio direto, investe na produção de pesquisas e em campanhas de mobilização no país.

ONG Circo de Todo Mundo

Bibliografia

FERREIRA, Isa; MENEZES Nara e FERNANDEZ, Cida. **A participação das crianças** - Uma abordagem de avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Save the Children Reino Unido, 1998.

HASS, Francisco (coord). **O trabalho infantil doméstico nas cidades de Belém, Recife e Belo Horizonte** - Um diagnóstico rápido. Oit, 2003.

MOREIRA, Maria Ignez e STENGEL, Márcia. **Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico**. PUC, 2003.

TAVARES, Maurício Antunes. **Onde está Kelly?** O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife. Cendhec, 2002.

VIVARTA, Veet (coord). **Crianças invisíveis** - O enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração. Cortez, 2003.

Por longos anos, uma expressão do trabalho infantil no Brasil permaneceu no silêncio e no anonimato: o Trabalho Infantil Doméstico (TID). Para além do sonho de uma vida sem trabalho, com escola e tempo livre para o lazer, as crianças e adolescentes brasileiros que realizam o trabalho doméstico cumprem as atividades dentro do espaço privado dos lares, escondidas do olhar do mundo e da sociedade, com sérias conseqüências para o seu desenvolvimento

Para reverter essa grave situação, a Organização Internacional do Trabalho OIT, o Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF e a agência internacional de cooperação Save the Children Reino Unido vêm desenvolvendo no País uma iniciativa conjunta de erradicação do trabalho infantil doméstico.

Uma das ações realizadas a partir desse esforço foi o I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos, realizado em Brasília nos dias 8 e 9 de setembro de 2003, que representou uma consolidação de ações de mobilização empreendidas por diversos atores envolvidos no combate ao TID.

O esforço agora se volta para a disseminação dos aprendizados e experiências vividas nesse Encontro.



O Brasil sem
trabalho infantil doméstico

UM MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO

Realização



Projeto de Apoio à Prevenção e Erradicação
do Trabalho Infantil Doméstico
no Brasil



Save the Children
Reino Unido

unicef



Apoio

Circo

